

REFORMA POLÍTICA

Aprovação do financiamento privado de campanha foi uma fraude

O movimento sindical classifica como retrocesso a aprovação, pela Câmara dos Deputados, no dia 27 de maio, da proposta que inclui na Constituição Federal a doação de empresas privadas a partidos políticos. Foram 330 votos favoráveis (32 a mais do que o mínimo necessário – 308), 141 contra e uma abstenção.

A votação ocorreu após uma manobra executada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o apoio de partidos de oposição. No dia anterior (26), o plenário da Câmara havia rejeitado o financiamento privado. Foram 266 votos, 44 a menos do que o necessário para que haja mudanças na Constituição.

Acreditando na aprovação da medida, Cunha acertou com os partidos que aquela seria a única votação sobre o tema. Porém, ao ser derrotado, ele reconsiderou com a justificativa de que fez um “comentário talvez equivocado”.

Na ementa escrita pelo deputado Celso Russomano (PRB/SP) para o segundo dia de votação, foi incluído no texto original do relator, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o seguinte parágrafo, que abre margem para interpretação: “É permitido aos candidatos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoa físicas”.

No entanto, na imprensa, os dois deputados esqueceram que os partidos são pessoas jurídicas. Sendo assim, não poderiam repassar nenhum centavo para financiar as

campanhas de seus candidatos.

A reforma política foi votada em primeiro turno e ainda terá de ser submetida a uma votação em segundo turno na Câmara. Depois, segue para apreciação no Senado.

“Além de ser uma fonte inesgotável de corrupção, o financiamento privado só contribui para degradar ainda mais o sistema político brasileiro vigente. É necessário atentar para a questão da corrupção eleitoral e do fisiologismo, uma vez que, ao receber os recursos, o partido poderá manipular a verba e favorecer alguns candidatos em detrimento de outros”, defende o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**.



“Derrota grave”

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, Aldo Arantes, qualificou a aprovação do financiamento privado de campanha também como um profundo retrocesso. “É uma derrota grave para o sistema eleitoral brasileiro”, frisou. E assegurou: “Mas vamos continuar na luta”.

“Essa decisão da Câmara, além de inconstitucional, prejudica a democracia porque coloca na Constituição uma das principais causas da corrupção. É uma decisão que vai na contramão do que espera a população, que não aceita a influência do poder econômico decidindo quem se elege e quem não se elege”,

acrescenta Marcelo Lavenere, representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na Coalizão.

“Distritão”

Os deputados rejeitaram, no dia 26 de maio, a proposta que previa a mudança do sistema eleitoral no Brasil do atual proporcional com lista aberta para o chamado “distritão”. Atualmente, os votos para cargos legislativos (exceto o Senado) são direcionados às legendas. Quanto mais votos a legenda consegue, mais parlamentares ela consegue eleger.

No modelo chamado distritão, defendido por Cunha, Estados e o Distrito Federal seriam transformados em “distritos eleitorais” e os candidatos eleitos seriam os que obtivessem o maior número de votos, da mesma forma que prefeitos, governadores, presidentes e senadores são eleitos.



Empregados da Caixa aprovam pauta específica no 31º Conecef



Os delegados e as delegadas do 31º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado nos dias 12, 13 e 14 de junho, em São Paulo, aprovaram a pauta específica de reivindicações a serem negociadas com a direção do banco na Campanha Nacional 2015. O evento reuniu 348 bancários e bancárias de todo o país, entre eles trabalhadores de Brasília.

Foram discutidos e deliberados itens relacionados à saúde do trabalhador, Saúde Caixa, condições de trabalho, Funcef, aposentados, segurança bancária, Caixa 100% pública, contratação, carreira e jornada, entre outros.

“Os debates foram intensos e por vezes cansativos, mas os resultados certamente ajudarão a avançar nas conquistas. A delegação do DF e de toda a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) contribuíram bastante na construção das reivindicações”, ressaltou o secretário de Finanças do Sindicato **Wandeir Severo**. E acrescentou: “Me sinto orgulhoso da nossa Federação e do nosso Sindicato”.

Condições de trabalho

Entre os itens considerados essenciais na luta específica dos trabalhadores do banco, estão questões relacionadas à terceirização, prevenção do assédio moral e sexual, condições de trabalho para os deficientes, combate às metas abusivas, medidas e garantias em caso de assaltos e sequestros para as vítimas e familiares e melhoria na política da Caixa para os casos envolvendo saúde mental e de suicídio.

O debate sobre o Saúde Caixa se deu em torno dos eixos da gestão, participação, melhoria e ampliação no atendimento. Ficou definida a reivindicação de segregação operacional, contábil

e financeira e criação de um fundo para gerir os recursos.

Também foram discutidas as formas de utilização do valor do superávit do Saúde Caixa. O consenso é para que esses recursos sejam utilizados na ampliação do atendimento para pais e filhos, ampliação das coberturas e na extensão do Saúde Caixa a aposentados que saíram em planos de demissões. “Uma proposta sugerida por Brasília foi a inclusão de procedimentos para correção de miopia e implantes dentários, pois entendemos que o superávit tem de ser revertido na melhoria do atendimento e a inclusão desses procedimentos atenderia a necessidade dos assistidos”, lembra a diretora do Sindicato **Helenilda Cândido**, presente ao congresso.

Funcef, aposentados e Prevhab

Com relação ao fundo de pensão dos empregados da Caixa, concluiu-se que, a despeito das conquistas obtidas nos últimos anos com a participação de representantes dos trabalhadores nos órgãos de gestão, há ainda muito que se avançar. A exigência de mais democracia, por exemplo, relaciona-se, sobretudo, ao fim do voto de Minerva nas instâncias de decisão.

Entre as preocupações com o equilíbrio dos planos de benefícios, os associados destacaram o forte crescimento do contencioso jurídico com ações de cunhos trabalhistas, especialmente as que tratam de CTVA, auxílio-alimentação, cesta-alimentação, abono e horas extras.

As principais reivindicações relativas aos aposentados referem-se à recomposição do poder de compra dos benefícios e a extensão do auxílio-alimentação e cesta-alimentação a todos os aposentados e pensionistas, inclusive aos desligados em PADV.

Segurança e terceirização

Sobre segurança bancária, os delegados apontaram para a criação de estruturas de segurança discutidas com as representações sindicais em todos os estados, compatíveis com as demandas locais. A luta também é para que sejam instaladas em todo o país divisórias entre os guichês de caixa e penhor separando os clientes durante o atendimento.

A terceirização foi alvo de debates acalorados. “Foi consenso entre os delegados a necessidade de se ampliar o debate sobre os malefícios do PL 4330. Os bancários precisam se conscientizar do risco que esse projeto representa para o futuro da categoria, pois a possibilidade de terceirização da atividade fim, numa ótica que privilegia basicamente a redução de gastos com mão-de-obra, reduz direitos e conquistas dos trabalhadores”, pondera o diretor do Sindicato **José Herculano Neto** (Bala) e delegado por Brasília.

Isonomia, carreira e GDP

Os participantes reafirmaram a luta por isonomia de direitos entre novos e antigos empregados, com ênfase para a extensão da licença-prêmio e do anuênio para todos os trabalhadores. “Por sugestão de Brasília, foram incluídas na pauta proposta para minimizar o prejuízo dos companheiros abandonados pela Caixa, que seria a migração dos empregados TBS para uma tabela diferente do TBN, tipo a dos profissionais”, informa **Renato Shalders**, diretor do Sindicato e também empregado TBS.

Em relação à carreira, uma das propostas é a criação de um comitê de acompanhamento dos PSIC e dos bancos de habilitados, oportunidades e sucessores, com a participação dos empregados e da empresa.

“Tal proposta vem ao encontro de uma demanda dos empregados que acabaram de passar por um processo desastroso promovido pela Caixa, que realizou uma sistemática para composição de banco de habilitados para as funções de assistente e consultor e que resultou num baixo índice de aprovação, frustrando com isso as expectativas dos empregados”, avalia o secretário de Formação Sindical **Antonio Abdan**. “Os trabalhadores da Caixa querem rediscutir o certame, pois várias irregularidades, tais como a forma como as provas foram aplicadas e a falta de transparência, comprometeram o processo”.

Outra pauta é o fim do GDP. “A GDP servirá para aumentar o assédio moral sobre os empregados, o que resultará, com certeza, no aumento do adoecimento da categoria bancária”, sentencia o diretor do Sindicato **Adilson Sousa**.

Leia a íntegra em bancariosdf.com.br.

Caixa é condenada a pagar incidência do FGTS sobre auxílio-alimentação

Em ação trabalhista movida pelo Sindicato, a Justiça condenou a Caixa Econômica Federal ao pagamento da incidência do FGTS sobre auxílio-alimentação relativo ao período de 26/03/1978 até os dias atuais. A ação vale para aqueles que ingressaram no banco até 31/08/1987, quando o auxílio passou a ser previsto em acordo coletivo.

São beneficiários todos os empregados, associados ou não, que

ainda estejam em atividade ou que foram desligados a partir de 26 de março de 2006. Essa data leva em conta os dois anos anteriores ao ajuizamento da ação, protocolada em março de 2008.

Além disso, para ser beneficiado, o empregado precisa ter trabalhado no Distrito Federal até a rescisão do contrato de trabalho com o banco, pois a base territorial do Sindicato se restringe apenas ao DF.

Acesse o portal bancariosdf.com.br

para verificar a relação dos beneficiados. Caso seu nome não esteja nesta lista, envie e-mail para centraldeatendimento@bancariosdf.com.br, anexando cópia da carteira de trabalho (se na ativa) ou do termo de rescisão de contrato de trabalho (se desligado).

“O Sindicato procura resolver os problemas politicamente, acreditando ser o diálogo a melhor forma de solucionar as pendências. Entretanto, quando as negociações se

esgotam, o caminho muitas vezes é o da Justiça que, apesar de morosa, neste caso surtiu efeito, em benefício dos trabalhadores, com a condenação da Caixa”, comemora o secretário de Formação do Sindicato, Antonio Abdan.

Caráter salarial

A ação coletiva que reivindica o reconhecimento do caráter salarial do auxílio-alimentação da Caixa ainda está em fase de execução.

Fórum Nacional exige melhores condições de trabalho



No último dia 16, em Brasília, ocorreu a primeira reunião do Fórum Paritário Nacional de Condições de Trabalho, no Matriz II da Caixa. O Fórum teve como principal objetivo verificar como estavam funcionando os pilotos regionais de Brasília, Campinas (SP), São Paulo, Fortaleza, Curitiba e Rio de Janeiro.

Na reunião, os representantes dos trabalhadores no Fórum reivindicaram mais agilidade da Caixa para responder às demandas apresentadas nos fóruns regionais. Na avaliação de todos, os fóruns regionais têm cumprido com o seu propósito, apesar das dificuldades para a sua implantação, entre elas a falta de envolvimento dos empregados, que pouco contribuíram para a criação de pautas.

O Fórum é um instrumento significativo para buscar soluções negociadas que contribuam para a melhoria do ambiente de trabalho, tais como estrutura e relações

interpessoais, além de se constituir numa conquista da última Campanha Nacional.

Além dos representantes dos fóruns regionais e nacional, participaram da reunião gestores da área de logística, segurança, redes, saúde e segurança do trabalhador e negociação coletiva da Caixa.

Fóruns regionais

“Os fóruns regionais podem trazer uma considerável rapidez nas respostas às nossas demandas. Ainda há muito a ser aperfeiçoado para que, de fato, possamos encontrar medidas preventivas e não apenas sanar os problemas existentes”, constatou o diretor do Sindicato dos Bancários e representante da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) no Fórum, Antonio Abdan.

O prazo para funcionamento dos pilotos foi prorrogado até 31 de agosto deste ano.

Caixa: Sindicato visita agências Taguasul e Dom Bosco

Campanha Nacional 2015, combate à terceirização e questões referentes à saúde do trabalhador foram os temas debatidos pelo Sindicato em reunião realizada nas agências Taguasul e Dom Bosco, dias 17 e 18, respectivamente.

“Essas reuniões servem não só para atualizarmos as informações de interesse dos bancários junto à base, mas para ouvirmos as de-

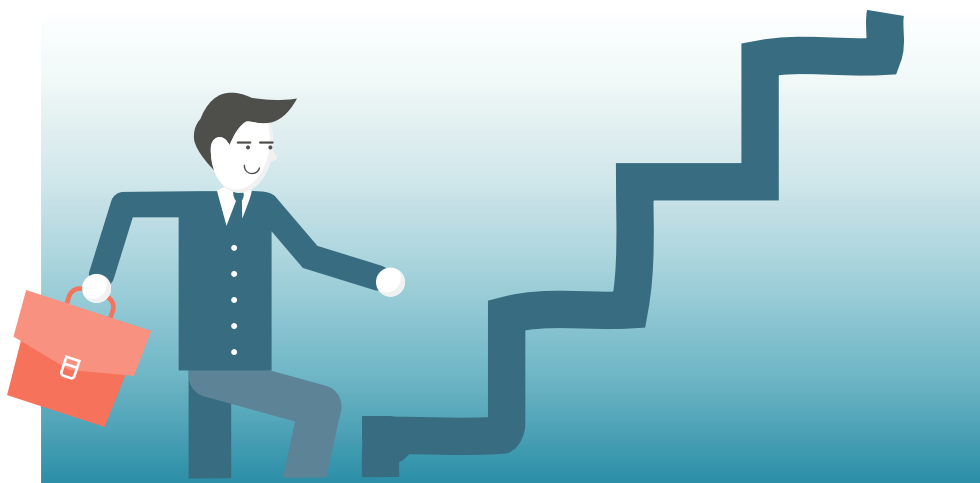
mandas específicas em cada local de trabalho. O objetivo do Sindicato é ampliar o diálogo com a categoria”, destaca o secretário de Formação do Sindicato, Antonio Abdan, que também é empregado da Caixa.

Também participaram da visita à agência Taguasul os diretores do Sindicato Helenilda Costa e José Herculano, mais conhecido como Bala, além do diretor da

Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) Francinaldo Araújo, todos empregados da Caixa. Na Dom Bosco, participaram os dirigentes sindicais Rosane Alaby, Bala e Washington Henrique (Fetec-CUT/CN).

Essas visitas podem ser agendadas com o Sindicato pelo email centraldeatendimento@bancariosdf.com.br.

Sindicato cobra mudanças no processo de bancos de habilitados da Caixa



A Caixa está realizando desde abril deste ano um processo para constituição de bancos de habilitados para os cargos de assistente e consultor. As provas desse processo têm sido duramente criticadas pelos empregados. Todos os dias o Sindicato tem recebido diversas reclamações dos trabalhadores sobre o nível elevado, as falhas na aplicação das provas e a falta de transparência na divulgação dos resultados.

A sistemática atual do banco de habilitados tem resultado numa quantidade pequena de aprovados, já que cada candidato tem que conseguir pontuação mínima de 70 pontos de um total de 100 para compor o banco. Além disso, o processo apresenta uma série de irregularidades que têm despertado grande descontentamento entre os empregados e colocado em xeque todo o processo.

O problema não está na realização de prova, que inclusive é uma reivindicação antiga da categoria e sim, na forma como esse processo é realizado.

Falta de transparência

O “*edital*” do processo estabelece que cópias das provas e gabarito não serão fornecidos. Recursos e revisões de nota também não serão permitidos.

O Sindicato destaca que fornecimento de prova e gabarito é o mínimo que se espera de transparência de um certame. Quem fez a prova, além da nota, quer saber o que acertou e errou. Negar esse direito é desrespeitoso com quem estudou e se dispôs a fazer a avaliação. Todas as grandes bancas de concurso deste país possibilitam aos candidatos a prova, o gabarito e a possibilidade de contestar o resultado através de recursos e revisões.

Nível de dificuldade elevado aliado à prova mal formulada

Apesar do grau de dificuldade ser igual para todos os que concorrem à função, o nível elevado da prova dificulta ao candidato a possibilidade de ascensão dentro da empresa.

A Caixa utiliza um processo de ascensão profissional em que é notória a dependência financeira dos empregados em relação às funções gratificadas. Dificultar ao empregado a possibilidade de adquirir uma função é condicioná-lo a um salário rebaixado.

Contrastando com o nível elevado de conhecimento em que é cobrado nas provas, foram feitas denúncias acusando a existência de questões mal elaboradas, confusas, com mais de uma resposta possível, ou, em outros casos, sem uma opção correta dentre os itens listados.

Processo contribui para a existência de fraudes

Segundo as regras, “a aplicação das avaliações acontecerá na metodologia à distância, via web, em ambiente virtual cujo acesso será disponibilizado aos candidatos. Os empregados realizarão as avaliações a partir de seus locais de trabalho, em ambiente físico CAIXA. A avaliação terá duração total de 2h30min (duas horas e trinta minutos), que serão considerados a partir do acesso do candidato ao ambiente de prova, antes mesmo da liberação pelo gestor responsável. Os candidatos realizarão a avaliação sob a supervisão de um empregado ocupante de função gratificada de natureza gerencial de sua unidade de lotação física, que será responsável pela abertura, acompanhamento e fechamento da avaliação.”

As regras acima não oferecem a todos os candidatos as mesmas condições. Todos já ouvi-

ram falar de fraude em concursos. Em 04/06/2013, o jornal Correio Brasiliense informou que o Ministério Público Federal estava investigando, em todo Brasil, 1.789 denúncias relacionadas a fraudes em concursos públicos. Só no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de sua criação até hoje várias denúncias de fraudes foram feitas e quadrilhas foram presas. Se com todo o aparato de segurança existente nos grandes concursos públicos fraudes acontecem, o que dizer de um concurso em que o candidato faz a prova em sua estação de trabalho, durante o expediente, sob a supervisão de seu gestor imediato, que continua tendo várias outras atividades para serem executadas durante a realização da prova.

“O Sindicato não entra no mérito de possíveis condutas antiéticas por parte do candidato ou do supervisor no momento da realização da prova, mas é evidente que as possibilidades fraude comprometem o certame. Apesar de a necessidade de um empregado com função liberar o acesso à prova, nada garante que esse empregado supervisionará o candidato durante toda a avaliação. Não há garantia de fiscalização quanto a consultas indevidas ou se o candidato receberá ajuda externa”, afirma o secretário de Formação do Sindicato e empregado da Caixa, **Antonio Abdan**. “A Caixa deveria se espelhar em outros processos semelhantes feitos em outras empresas como o realizado no Banco do Brasil. Em um processo de certificação semelhante, é contratado o Cespe/UnB para condução do processo. Lá a prova é realizada em ambiente fechado e devidamente fiscalizado”, continua.

Piloto em processo de desenvolvimento

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) cobrou da Caixa, em mesa permanente de negociação, a suspensão do certame diante dos problemas apresentados. A empresa “reconheceu” as dificuldades do processo e afirmou que ele será aperfeiçoado, e que, pode até sofrer mudanças. Entretanto, afirmou que o processo será mantido. Os aprovados constituirão o banco de habilitados e os demais terão que esperar até o próximo certame e tentar novamente com uma trava de seis meses.

“Essa postura da Caixa é arbitrária. Por questão de justiça, o Sindicato não enxerga outra solução para o problema senão a anulação dos efeitos do processo. Devido a todos os problemas relatados, vemos que a maioria não conseguiu atingir os 70 pontos necessários para compor o banco de habilitados. Isso se deu por falhas no processo. Os empregados não podem ser penalizados por isso. Reivindicamos que os ‘reprovados’ no certame não sejam proibidos de participar dos processos seletivos internos (PSI) pelos próximos seis meses”, frisa Antônio Abdan.

26º Congresso dos Funcionários do BB aprova pautas específicas



O 26º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil aprovou no domingo (14), depois de três dias de discussões, a pauta de reivindicações específicas da Campanha Nacional dos Bancários de 2015. Participaram do encontro, realizado em São Paulo, 303 delegados de todo o país, sendo 46 de Brasília.

“O Banco do Brasil precisa ser público de corpo e alma. Para isso é necessário que as práticas sejam diferenciadas e estejam voltadas para o benefício da sociedade como um todo. Nesse sentido, é preciso alterar a lógica privatista e antissindical praticada pela atual direção da empresa”, ressalta o diretor do Sindicato, **Rafael Zanon**, que também é bancário do Banco do Brasil e participou do 26º Congresso.

Remuneração e condições de trabalho

Os delegados aprovaram a intensificação da luta por melhorias no PCR, por mais contratações e por melhores condições de traba-

lho, sem assédio moral.

O PCR deve valorizar o funcionalismo, estipulando como piso o salário mínimo do Dieese e o interstício na tabela de antiguidade de 6%, um valor maior das letras de mérito e com um tempo menor para adquirir.

Saúde e previdência

Os funcionários do BB demonstram preocupação com o aumento de casos de adoecimentos causados pelo ambiente bancário. Eles vão cobrar do banco a liberação de dados sobre doenças ocupacionais para que as informações sejam repassadas aos dirigentes sindicais e membros dos conselhos de usuários da Cassi.

Também foram aprovadas a manutenção do princípio de solidariedade na Cassi e a inclusão de funcionários oriundos de bancos incorporados pelo BB, para que sejam assistidos pelo Programa de Saúde da Família e demais coberturas.

Sobre a Previ, os funcionários

querem o fim da resolução 26, para que o superávit do plano de previdência seja investido na melhoria dos benefícios. O 26º Congresso também reiterou a campanha pelo fim do voto de minerva no Conselho Deliberativo e a implantação de teto para os benefícios. Os bancários explicam que, sem o teto, os diretores do banco se aposentam ganhando muito mais que os demais funcionários.

Os bancários também aprovaram cobrar esclarecimentos sobre os estudos realizados pela consultoria Accenture, uma vez que há preocupação do funcionalismo sobre a possibilidade de redução de representação de diretorias eleitas. Além disso, há dúvidas sobre as propostas de terceirização da gestão dos investimentos e da administração.

Organização do movimento

Os delegados presentes ao 26º Congresso reafirmaram a estratégia de campanha nacional unificada, com negociação de

mesa única na Fenaban e mesas concomitantes para discutir as questões específicas do BB, além do modelo construído pela categoria de comissões de empregados que assessoram a ContraF-CUT nas negociações específicas com os bancos.

Também apoiaram o fortalecimento dos fóruns da categoria (sindicatos, federações, ContraF-CUT, Comissão de Empresa e Comando Nacional dos Bancários), a mobilização e a unidade nacional da categoria.

BB e sistema financeiro nacional

O delegados fizeram um amplo debate sobre a importância do fortalecimento do BB como banco público voltado para o financiamento da produção e do desenvolvimento econômico e social do país.

Defenderam ainda a internacionalização do BB e a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Orientações do Sindicato sobre o PAI/PDV 2015 do BB

O Banco do Brasil anunciou no último dia 17 para funcionalismo e movimento sindical, sem qualquer negociação prévia, o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)/Programa de Demissão Voluntária (PDV) 2015.

O público-alvo do programa é de 18 mil funcionários que estejam aposentados pela previdência oficial (INSS) ou tenham condições de se aposentar em 19/05/2015. Também fazem parte do público-alvo funcionários com mais de 50 anos de idade e 15 anos de empresa, também em 19/05/2015, inclusive os oriundos de bancos incorporados. O programa irá contemplar 7.100 trabalhadores e pagará indenizações que variam de 5 a 7,24 salários.

O Sindicato não enxerga de forma positiva o fato de não ter sido ouvido no processo. *“Mais uma vez o BB lança um programa que afeta a vida dos trabalhadores sem saber os que eles pensam”*, lamenta o diretor do Sindicato Rafael Zanon, para quem *“esse plano é pior que o de 2007”*. “O

programa é unilateral, não foi negociado com o Sindicato, não sendo, portanto, objeto de acordo”.

O programa apresentado é híbrido. Para a maioria do público-alvo, trata-se de um incentivo à aposentadoria pela Previ, Economus, Fusesc, PrevBEP ou INSS. E para uma pequena parte, que não está associada à previdência complementar e não possui os requisitos necessários para se aposentar pelo INSS, é um plano de demissão voluntária (PDV).

O Sindicato avalia que o prazo existente entre a apresentação do plano e o início das inscrições é curto em virtude da complexidade que envolve a situação. Trata-se de uma decisão que afetará de forma significativa a vida do trabalhador. O curto prazo, combinado com o número limitado de vagas e com o critério de escolha por ordem de inscrição configura uma situação de pressão.

Outro problema do plano, para o Sindicato, foi o lançamento antes da data-base da categoria, 1º de setembro, já que assim os valores inde-

nizatórios serão calculados sem levar em conta o reajuste salarial decorrente da Campanha Nacional 2015.

Vale ressaltar que a adesão ao PAI/PDV não configura renúncia de direitos trabalhistas. Dessa forma, o bancário continua com o direito de ingressar com ação individual ou de ser representado por uma ação coletiva do Sindicato.

Cassi

Em relação à Cassi, os funcionários que optarem pelo desligamento por meio do programa poderão permanecer associados desde que tenham no mínimo 20 anos de contribuição e permaneçam mantendo vínculo com a Previ; ou que já estejam aposentados pelo INSS e tenham no mínimo 10 anos de contribuição à Cassi; ou ainda que estejam recebendo benefício de aposentadoria pela Previ.

O público-alvo do plano é dividido em cinco segmentos. **Veja a seguir as orientações e os esclarecimentos relacionados a cada grupo:**

Grupo 1

Funcionários com no mínimo 30 anos (mulher) e 35 anos (homem) de contribuição ao INSS e mínimo de 30 anos de filiação a planos de previdência complementar:

- ◆ Os funcionários nessa condição têm direito de permanência no plano de associados da Cassi;
- ◆ Os funcionários nessa condição que ainda não se aposentaram pelo INSS devem calcular o valor da aposentadoria com o fator previdenciário e se atentar às novas regras editadas pelo governo para aposentadoria integral (regra 85/95 com progressividade);
- ◆ O funcionário receberá benefício de previdência complementar de acordo com as regras vigentes nos planos de previdência. Os funcionários desse grupo devem avaliar, além das motivações pessoais, os seguintes itens antes da tomada de decisão:
 - ◆ Valor da indenização;
 - ◆ Possível abertura de vagas em

funções com maior remuneração após o programa, observando que os critérios subjetivos dos gestores são decisivos nas regras de comissionamento da maioria das funções da empresa;

- ◆ Mudanças nas regras para aquisição de aposentadoria integral pelo INSS (regra 85/95);
- ◆ Funcionários com menos de três anos na mesma função devem avaliar a possibilidade de aumentar sua média de benefício de previdência complementar permanecendo na empresa.

Grupo 2

Funcionários com no mínimo 30 anos de previdência complementar, mínimo de 50 anos de idade e menos de 35 anos de contribuição ao INSS:

- ◆ Os funcionários nessa condição têm direito a benefício de aposentadoria complementar de acordo com as regras vigentes nos planos de previdência;
- ◆ Os funcionários nessa condição não têm direito de aposentar-

se pelo INSS imediatamente. Deve continuar contribuindo para a previdência oficial. É preciso atenção para as novas regras de aquisição de direito à aposentadoria integral.

O Sindicato orienta que os funcionários desse grupo avaliem, além das motivações pessoais, os seguintes itens antes de tomar sua decisão:

- ◆ Valor da indenização;
- ◆ Possível abertura de vagas em funções com maior remuneração após o programa, observando que os critérios subjetivos dos gestores são decisivos nas regras de comissionamento da maioria das funções da empresa;
- ◆ Mudanças nas regras de aposentadoria integral pelo INSS;
- ◆ Valor da contribuição patronal para o INSS, que ficará sob responsabilidade do trabalhador;
- ◆ Funcionários com menos de três anos na mesma função devem avaliar a possibilidade de aumentar sua média de benefício de previdência complementar permanecendo na empresa.

Grupo 3

Funcionários com no mínimo 15 anos de empresa, mínimo de 50 anos de idade, com menos de 30 anos de previdência complementar e menos de 30 anos de INSS:

- ◆ Os funcionários nessa condição têm direito a receber benefício da Previ proporcional ao tempo de contribuição (anos de contribuição/30);
- ◆ Os funcionários nessa condição não cumprem os requisitos para aposentar-se imediatamente pelo INSS. Devem continuar contribuindo para a previdência oficial e atentar para as novas regras de aposentadoria integral;
- ◆ Os funcionários que não possuem condições de adquirir benefício vitalício na Previ perderão o direito de permanecer no plano Cassi Associados. Para os funcionários com mais de 20 anos de contribuição à Cassi, o direito de permanecer no plano de saúde está assegurado desde que continuem associados à Previ, mesmo em fase de

contribuição ainda.

O Sindicato orienta que os funcionários desse grupo avaliem, além das motivações pessoais, os seguintes itens antes de tomar sua decisão:

- ◆ Valor da indenização;
- ◆ Possível abertura de vagas em funções com maior remuneração após o plano, observando que os critérios subjetivos dos gestores são decisivos nas regras de comissionamento da maioria das funções da empresa;
- ◆ Valor do benefício de complemento de aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição no plano de previdência;
- ◆ Para os funcionários desse público que não tenham direito de constituir benefício vitalício na Previ ou não tenham contribuído por no mínimo 20 anos à Cassi, o Sindicato orienta a não adesão ao plano.

Grupo 4

Funcionários com mais de 30 (mulher)/35(homem) anos de contribuição para o INSS e sem plano de previdência complementar:

- ◆ Os funcionários nessa condição têm o direito de aposentar-se pelo INSS, mas, dependendo da idade e tempo de contribuição, devem estar atentos às novas regras de aposentadoria integral pelo INSS;
- ◆ Os funcionários já aposentados pelo INSS poderão manter-se filiados ao plano associados da Cassi como autopatrocinados, desde que tenham mais de 10 anos de contribuição para o plano de saúde. O Sindicato orienta que os funcionários desse grupo avaliem, além das motivações pessoais, os seguintes itens antes de tomar sua decisão:
 - ◆ Valor da indenização;
 - ◆ Possível abertura de vagas em funções com maior remuneração após o plano, observando que os critérios subjetivos

dos gestores são decisivos nas regras de comissionamento da maioria das funções da empresa;

- ◆ Mudanças nas regras de aposentadoria integral pelo INSS;
- ◆ Redução drástica da remuneração do trabalhador, caso receba remuneração maior que o teto de benefícios do INSS, de R\$ 4.662,43;
- ◆ Os funcionários ainda não aposentados pelo INSS não devem aderir ao plano, pois perderão o direito de permanecerem associados à Cassi.

Grupo 5

Funcionários com no mínimo 15 anos de BB e 50 de idade, sem plano de previdência complementar e sem tempo de contribuição para aposentadoria pelo INSS (30/35 anos):

- ◆ Os funcionários nessas condições devem continuar contribuindo para o INSS e ficar atentos às novas regras para

aposentadoria integral no INSS;

- ◆ Os funcionários, caso adiram ao programa, perdem o direito de continuarem filiados ao Plano de Associados da Cassi. Para esse público, o plano é de demissão voluntária (PDV) e o Sindicato orienta a não adesão, já que os trabalhadores não terão nenhum tipo de segurança remuneratória ou social.

O Sindicato orienta que o bancário não tome decisão sem antes avaliar todos os cenários envolvidos nessa situação. Qualquer pressão para adesão ao programa deve ser denunciada ao Sindicato.

Confira no portal bancarios-df.com.br o parecer da assessoria jurídica do Sindicato sobre o programa, o regulamento, a resposta da Cassi ao Protocolo de Atendimento e matéria sobre a nova fórmula de aposentadoria editada pelo governo.

CONSELHO DELIBERATIVO DA PREVI

Aprovado fim do pagamento de bônus de remuneração variável para diretores

O Conselho Deliberativo da Previ, órgão máximo do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, aprovou o fim do pagamento de bônus de remuneração variável aos diretores da entidade. Unânime, a decisão foi tomada em reunião ordinária no mês de maio.

“Os conselheiros deliberativos eleitos se posicionaram contrários ao pagamento do bônus para os diretores da Previ desde que o debate começou em 2011. O movimento sindical foi fundamental nessa luta”,

lembra o diretor do Sindicato e conselheiro deliberativo eleito do fundo de pensão, **Rafael Zanon**, que se posicionou pelo não pagamento do bônus nas duas ocasiões em que o assunto foi a voto.

Histórico

Em 2011, o Banco do Brasil alterou o sistema de remuneração dos seus estatutários (presidente, vice-presidentes e diretores), pagando, além dos honorários e da participação nos lucros, um bônus

anual em ações da empresa de acordo com o atingimento de metas individuais preestabelecidas, com indicadores relacionados à atividade financeira.

Desde então, começou a ser discutido na Previ se o programa de bônus se estenderia como direito aos diretores do fundo ou não. Os conselheiros deliberativos eleitos se posicionaram contra a extensão do pagamento do bônus à diretoria, e o debate prolongou-se por três anos nessa instância.

Em julho de 2014, a matéria foi apreciada no Conselho Deliberativo e os três conselheiros eleitos registraram voto contrário à proposta de pagamento do bônus. Após os três indicados do BB registrarem voto favorável, o presidente do conselho, que também é indicado, utilizou o voto de minerva para aprovar a extensão aos diretores executivos da Previ o pagamento de valores referentes ao bônus aplicado a seus pares no BB.

Processo nº 0000256-96.2015.5.10.0006

DECISÃO

Vistos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (PRT 10ª REGIÃO) pede a concessão de antecipação de tutela em AÇÃO CIVIL PÚBLICA movida contra SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA-DF, para que se determine ao réu o cumprimento das seguintes obrigações: 1) Abster-se de instituir, de promover o desconto nos salários e de cobrar, nos futuros instrumentos de negociação coletiva de trabalho, visando à cessação da cobrança indevida de contribuições ou mensalidades de trabalhadores não sindicalizados, a título de taxa de convenção, contribuição assistencial, confederativa, negocial, social integrada, revigoramento, reforço, fortalecimento sindical ou outra que caracterize ato atentatório à liberdade sindical e ao direito de filiação e não filiação a sindicato; 2) Consignar o inteiro teor da medida antecipatória da tutela em boletim impresso a ser distribuído a toda a categoria, além de publicá-la em seus próprios sítios eletrônicos, como garantia do cumprimento das obrigações dispostas nos itens anteriores, comprovando-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Requer, ainda, a aplicação de multa mínima diária de R\$ 20.000,00 a partir da assinatura de instrumento coletivo de trabalho violador de tais obrigações.

Decido.

Os fundamentos constantes da presente Ação Civil Pública, embasada no teor dos instrumentos coletivos anexados ao procedimento investigatório aberto pelo MPT - a demonstrar a previsão de descontos a título de contribuições sindicais de trabalhadores não sindicalizados em favor do réu - e nos sólidos precedentes jurisprudenciais trazidos pelo autor contrários àquela previsão, são bastantes ao convencimento da verossimilhança do direito perseguido. No tocante à irregularidade dos descontos sobre remuneração de trabalhadores não sindicalizados, convém reproduzir o posicionamento do TST sobre a matéria (Precedente Normativo nº 119 e O.J. nº 17/SDC), assim como os julgados apresentados na petição inicial da SDI e das Turmas daquela Corte, transcritos na petição inicial:

“PRECEDENTE NORMATIVO Nº 119 – CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.”

“ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 17 - CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS. As cláusulas coletivas que estabelecem contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.”

“CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA. DESCONTO. LIMITAÇÃO. NÃO FILIADOS. INCIDÊNCIA. 1. Diferentemente do que se verifica em relação à contribuição sindical, que se afigura como tributo exigível de toda a categoria, tem-se que as contribuições assistencial e confederativa apenas são devidas pelos empregados efetivamente associados à entidade sindical, em respeito ao direito de livre associação e sindicalização, previsto nos artigos 5º, inciso XX, e 8º, inciso V, da Constituição Federal. Entendimento que se encontra perfilhado no Precedente Normativo nº 119 da SDC do TST. 2. Embargos de que não se conhece.” (Processo nº TST-E-RR-20956/2002-900-02-00.0, SBDI-1, Rel. Min João Oreste Dalazen, DJ 23/4/2004).

“CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. Fere o direito à plena liberdade de associação e de sindicalização cláusula constante de Acordo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa, fixando contribuição a ser descontada dos salários dos trabalhadores não filiados a sindicato profissional, sob a denominação de taxa assistencial para custeio confederativo. A Carta Constitucional, nos arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura ao trabalhador o direito à livre associação e sindicalização. Recurso de Embargos não conhecido.” (Processo nº TST-E-RR- 70.399/2000.9, SBDI-1, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, DJ 10/02/2006).

“RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EXTENSÃO A TRABALHADORES NÃO FILIADOS. Precedente normativo Nº 19 e da Orientação Jurisprudencial nº 17 da SDC. Os arts. 5º, XX, e 8º, V, da Constituição Federal asseguram a liberdade de associação e sindicalização. Desse modo, é vedada à instituição, por instrumento normativo, de contribuição assistencial a ser cobrada, indistintamente, de toda a categoria profissional. Incide, na espécie, o disposto no Precedente Normativo nº 119 e na Orientação Jurisprudencial nº 17, ambos da SDC do TST. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido.” (34100-75.2005.5.02.0211, Relator Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 06/02/2013, 1ª Turma, DEJT 15/02/2013).

“RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. Cobrança da contribuição assistencial dos empregados não associados afronta o direito à livre associação e sindicalização, nos termos da iterativa e notória jurisprudência desta Corte, consubstanciada no Precedente Normativo nº 119 e na Orientação Jurisprudencial nº 17, ambos da Seção de Dissídios Coletivos. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.” (234800-81.2009.5.02.0064, Relator Pedro Paulo Manus, Data de Julgamento: 07/8/2012, 7ª Turma, DEJT 17/8/2012).

Entendo igualmente se encontrar presente nos autos o requisito do fundado receio de dano irreparável apontado pelo autor, qual seja: a possibilidade de o réu prosseguir pactuando convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho contendo cláusula de mesmo teor manifestamente ilegal durante o trâmite da presente ação.

Assim, DEFIRO a concessão de antecipação dos efeitos da tutela meritória, determinando ao réu SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA-DF o imediato cumprimento das seguintes obrigações não fazer e de fazer a seguir discriminadas:

Abster-se de instituir, de promover o desconto nos salários e de cobrar, nos futuros instrumentos de negociação coletiva de trabalho, visando à cessação da cobrança indevida de contribuições ou mensalidades de trabalhadores não sindicalizados, a título de taxa de convenção, contribuição assistencial, confederativa, negocial, social integrada, revigoramento, reforço, fortalecimento sindical ou outra que caracterize ato atentatório à liberdade sindical e ao direito de filiação e não filiação a sindicato, ressalvados os descontos efetuados mediante autorização prévia e escrita do trabalhador, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), incidente a partir da assinatura do respectivo instrumento coletivo;

Consignar o inteiro teor da medida antecipatória da tutela em boletim impresso a ser distribuído a toda a categoria, além de publicá-la em seus próprios sítios eletrônicos, como garantia do cumprimento das obrigações dispostas nos itens anteriores, comprovando-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias.

Expeça-se MANDADO DE INTIMAÇÃO, para imediato cumprimento das obrigações ora fixadas, e também para NOTIFICAÇÃO do réu, visando ao comparecimento à audiência UNA que ora designo para o dia 01/6/2015 às 14h00min., ato a que deverão comparecer as partes, sob as penas do art. 844/CLT.

Intime-se o MPT, para ciência, fornecendo cópia desta decisão.
Brasília, 4 de março de 2015.

ALCIR KENUPP CUNHA
Juiz do Trabalho Substituto

VITÓRIA**BRB: após pressão, GDF retira de pauta PL que autoriza venda de estatais**

A mobilização coletiva dos trabalhadores do BRB, da CEB e da Caesb, com o forte apoio do Sindicato dos Bancários, do STIU e do Sindágua, foi decisiva para a retirada da pauta do Projeto de Lei 467/2015, que tramita na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A proposta autoriza a venda de ações das estatais do DF.

Na tarde desta quarta-feira (24), após mais uma atividade dos sindicatos realizada nos corredores e na área externa da CLDF, o GDF informou que desistiu de trabalhar pela aprovação da pro-

posta, amplamente condenada pelos trabalhadores, entre eles os bancários.

Participaram da mobilização realizada nesta quarta (24) na CLDF os diretores do Sindicato Antonio Eustáquio, Cida Sousa, Cristiano Severo e o secretário de Bancos Públicos da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), André Nepomuceno. Todos eles também são bancários do BRB.

Pressão total contra o PL 467/2015

O Fórum em Defesa das Estatais do DF se reuniu, na segunda (22), com os deputados distritais Wasny de Roure (PT) e Chico Vigilante (PT), na Câmara Legislativa do DF, para buscar apoio dos demais parlamentares para impedir a votação do PL 467/2015. O projeto autoriza o GDF a alienar ações de todas as estatais do DF, incluindo o BRB, a CEB e a Caesb.

Os dois parlamentares apresentaram uma proposta de ofício ao governador do DF, Rodrigo Rollemberg (PSB), solicitando a retirada do projeto daquela Casa, contendo o nome de todos os 24 parlamentares.

Seguindo a estratégia de luta definida na segunda (22), os bancários e os trabalhadores da CEB e da Caesb realizaram, nesta quarta (24), nova mobilização na Câmara com objetivo de pressionar os parlamentares a assinarem o ofício durante a sessão no plenário.

“Valeu a luta e esforço de todos os trabalhadores. Apesar da vitória conquistada nesta quarta, continuaremos vigilantes e acompanhando de perto, pois, diante do conteúdo da proposta (PL 467/2015), da forma como o GDF colocou o projeto de lei e da sua exposição de motivos, não podemos descartar uma nova tentativa por parte do Executivo”, afirmou André Nepomuceno, ao lembrar a importante atuação dos delegados sindicais do BRB.

Bancários do BRB fazem assembleia na terça para deliberar sobre alterações na PLR

Os bancários do BRB estão convocados para assembleia na próxima terça-feira (30), na sede do Sindicato, que vai discutir e deliberar sobre alterações no programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao primeiro semestre de 2015. Será às 18h em primeira convocação, ou às 18h30 em segunda e última convocação.

Na assembleia será discutida proposta de alteração de regras para o pagamento da PLR relativa ao primeiro semestre deste ano, cujo crédito

deverá ser feito em setembro próximo.

“As propostas foram objeto de debate com os delegados sindicais na reunião ocorrida em 25 de junho, na sede do Sindicato. Foi praticamente consenso que elas apresentam avanços nas discussões sobre a PLR. Agora é necessária a realização de assembleia para referendar estas alterações, de forma que possam ter efeito no programa em curso neste primeiro semestre”, diz Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O NQ. 00.720.771.0001-53, REGISTRO SINDICAL NP. MTPS 218.646-61 DE 1961, REG. L.31, FLS.21, 16.11.61, POR SEU PRESIDENTE ABAIXO ASSINADO, CONVOCA TODOS OS EMPREGADOS DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA, SÓCIOS E NÃO SÓCIOS, DA BASE TERRITORIAL DESTE SINDICATO, PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 30.06.2015, ÀS 18H, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO OU ÀS 18:30H EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, SEDE DO SINDICATO SITO NA SHCS EQ 314/315 BLOCO "A" - ASA SUL - BRASÍLIA - DF, PARA DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DA SEGUINTE ORDEM DO DIA:

1) ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE ACORDO DE PLR REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.

BRASÍLIA (DF), 26 DE JUNHO DE 2015.

EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA
PRESIDENTE

BRB negocia PLR não paga



Em reunião ocorrida nesta terça-feira (23), o BRB enfim apresentou uma proposta referente à PLR relativa ao segundo semestre de 2014, devida e

não paga em abril, conforme o Sindicato tem enfatizado.

A proposta não traz avanços significativos, mas há aspectos que devem ser considerados. A principal reivindicação, referente ao pagamento imediato, não está sendo atendida pela proposta, mas há pontos que são positivos, especialmente quanto ao valor e às metas. O banco reafirma a disposição de pagar o valor que está contabilizado em setembro, porém é necessário se fazer uma discussão serena sobre o inteiro teor do que foi apresentado.

Visando essa discussão, o Sindicato con-

voca os delegados sindicais para uma reunião nesta quinta-feira (25), às 19h no Sindicato. Na ocasião trataremos do que foi apresentado pelo banco.

“Essa reivindicação é fruto de um trabalho intenso de mobilização, que envolveu paralisações nas agências e atos no Edifício Brasília. Precisamos discutir em conjunto, pois temos de tomar decisões coletivamente. Dessa forma, chamamos os delegados sindicais para esta reunião a fim de discutirmos sobre a proposta apresentada. A decisão será de todos nós”, diz o diretor do Sindicato Antônio Eustáquio.

Em reunião no Planalto, bancários do HSBC reivindicam garantia de emprego

Dirigentes sindicais e trabalhadores continuam na luta pela manutenção dos empregos dos 21 mil bancários do HSBC no Brasil. Esse foi o tema central da reunião entre dirigentes sindicais, a vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves (PT-PR), o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rosetto, e a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) nesta terça-feira (23), no Palácio do Planalto.

“A venda do HSBC preocupa os trabalhadores e reflete diretamente na sociedade brasileira. Isso pode afetar o emprego de 21 mil bancários e mais 100 mil outros trabalhadores indiretos, tais como os vigilantes. São muitos pais e mães de família que merecem respeito e exigem transparência no processo de venda do banco e meios que garantam o seu emprego”, destacou o diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, Paulo Frazão, durante a reunião.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rosetto, recebeu um documento dos representantes dos trabalhadores mostrando a necessidade do embarque das demissões em massa, que podem ocorrer com a venda da instituição no Brasil. Ele se comprometeu a marcar uma reunião com o presidente do HSBC no país para discutir a situação.



A senadora Gleisi Hoffmann também buscará o diálogo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Banco Central para discutir o processo de venda do HSBC, visando à manutenção do emprego dos bancários.

Os dirigentes sindicais também denunciaram que a fusão do HSBC com outro banco pode gerar concentração financeira e uma situação anticompetitiva, com danos ao consumidor, além das possíveis demissões.

“Aproveitamos a oportunidade para destacar a importância da discussão da regulamentação do sistema financeiro brasileiro”, frisou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Roberto Von Der Osten. Ele argumenta que esse debate é uma maneira de proteger a estabilidade financeira do país

e garantir condições de trabalho adequadas.

A vice-prefeita de Curitiba, Mirian Gonçalves (PT-PR), ressaltou que a saída da sede do HSBC da cidade poderá causar imensos danos à economia local e o fechamento de diversos postos de trabalho. *“A nossa maior preocupação é com os empregados, já que não só os bancários sofreriam com a venda do HSBC, mas todos os trabalhadores que se mantêm pelo movimento do mercado na região. São salões de beleza, restaurantes, lojas e um shopping center”, dimensiona Mirian.*

O Estado do Paraná é onde está localizada a sede do banco no país e onde se concentra o maior número de trabalhadores da filial brasileira.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, Elias Jordão; o presidente da Fetec-PR, Júnior Dias, e o diretor da Contraf-CUT Sérgio Siqueira também participaram da reunião no Palácio do Planalto.

Audiência

A deputada Erika Kokay (PT-PR) e o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) marcarão audiência pública para debater a questão da garantia do emprego dos funcionários do HSBC, diante do iminente processo de venda da instituição financeira.

Sindicato participa de reunião da COE do HSBC em Curitiba

O Sindicato participou dias 25 e 26 de reunião ampliada com representantes das Comissões de Organização dos Empregados (COE) do HSBC de todo o país, em Curitiba. Diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília e funcionário do HSBC, Paulo Frazão participou do encontro. O dirigente sindical levou para discussão os anseios dos bancários

da instituição financeira no Distrito Federal.

“Trouxemos as contribuições dos bancários do DF para enriquecer os debates da COE e realizar uma agenda de mobilização em todo o país. Este momento de uma possível venda do banco exige muita união dos trabalhadores”, destaca Paulo Frazão.

Sindicatos cobram e Santander isenta de tarifas bancárias os funcionários

Depois da forte pressão dos representantes dos bancários, todos os funcionários do Santander, ativos e aposentados, terão isenção de tarifas na conta combinada funcionário. Essa foi a principal conquista da reunião entre o Sindicato dos Bancários de Brasília, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a Comissão de Organização dos Empregados (COE) e o Comitê de Relações Trabalhistas do banco, realizada na quinta (18).

“É um grande avanço. Era um acordo verbal desde a compra do Banespa. Agora, com entrada na ata oficial do banco e publicação na intranet não tem como voltar atrás”, comemorou Maria Rosani, coordenadora da COE.

Na avaliação da secretária de Administração do Sindicato, **Rosane Alaby**, que representa os bancários do Santander de Brasília na COE, “a conquista é resultado do esforço dos sindicatos e dos trabalhadores, que insistiram na reivindicação”.

A reunião debateu ainda condições de trabalho. Os dirigentes sindicais reivindicaram a contratação de mais funcionários para suprir as demandas impostas pelas metas abusivas. Denunciaram que a situação piorou após o banco lançar, em janeiro, o plano Jeito Certo, que propunha mais foco nos clientes e não nos produtos.

O banco se comprometeu a fazer um balanço do plano no final do primeiro semestre e passar os dados aos dirigentes para uma avaliação conjunta.

O Comitê de Relações Trabalhistas do Santander atendeu a outra reivindicação dos trabalhadores ao propor uma cartilha de orientação com as regras de abertura e prospecção de contas universitárias. De acordo com a categoria, no início dos períodos letivos as cobranças e o desrespeito aos horários de trabalho aumentam muito.

Os sindicatos, incluindo o de Brasília, ainda denunciaram a falta de caixa e o acúmulo de responsabilidade dos gerentes-gerais e gerentes administrativos que, em muitos casos, são responsáveis por mais de uma agência.

O movimento sindical também cobrou respeito à legislação do estágio e do Jovem Aprendiz, para que eles não efetuem vendas de produtos. O banco se comprometeu a fiscalizar e rever essas práticas.

Segurança

O assunto mais polêmico nas conversas foi a segurança nas agências de negócios. De acordo com o banco, a lei não pede segurança neste tipo de estabelecimento.

Há previsão de transformação de mais três unidades em agências de negócios em Brasília: Conjunto Nacional, ParkShopping e LibertyMall, com a possibilidade de redução de quatro caixas e sete vigilantes.

“Os bancos dispensam vigilantes nas agências de negócios e a situação tem gerado insegurança e ex-

posição dos trabalhadores e clientes a possíveis ações de bandidos. Os clientes estão reclamando da insegurança nesses locais por causa da dispensa dos vigilantes”, alerta **Jorge**



Kotani diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN).

Pós-graduação

Antes do final do encontro, o Santander admitiu falha no sistema e prometeu disponibilizar em seu site as inscrições para as 800 bolsas de estudos para pós-graduação. O prazo de inscrição vai até a terceira semana de julho e os critérios de desempate serão os mesmos usados para a graduação. A única diferença é que só pode receber o benefício quem tiver um ano de vínculo com a instituição.



Fórum de Saúde

Também na quinta, houve reunião do Fórum de Saúde. O Santander reconheceu o atraso na marcação para consultas e exames psiquiátricos, que chegavam a demorar 40 dias, e culpou as operadoras.

Os representantes dos trabalhadores cobraram revisão do Kit afastamento, série de documentos que o bancário precisa preencher ao sair de licença.

Outra reivindicação é o parcelamento na devolução do adiantamento de salários, no caso de afastamento médico. Os bancários pedem que a parcela comprometa, no máximo, 20% da renda mensal do trabalhador e não a vista, como é atualmente.

Os dirigentes sindicais contestaram a avaliação do banco ao atestado médico. Eles pediram que este processo não ocorra durante a licença e também a reformulação da intimação para

o trabalhadores comparecerem a uma consulta com o médico do banco, afim de tirar dúvidas sobre a necessidade de afastamento.

Foi denunciada ainda a ingerência sobre os atestados de saúde ocupacional. O banco se comprometeu a descredenciar qualquer clínica que seja flagrada atendendo aos desejos dos chefes de departamentos e não avaliando as reais condições do trabalho. “Nessa questão, pedimos que os bancários denunciem esse tipo de caso”, afirmou **Rosane Alaby**, que também é bancária do Santander.

Por fim, foi acertada uma reunião para discutir o programa Retorne Bem, estabelecido unilateralmente pelo banco. A categoria, com o apoio do Sindicato dos Bancários de Brasília, reivindica participação na reformulação para atender melhor aos trabalhadores.

Abertas as inscrições para a *Copa dos Bancários 2015*

As inscrições para a Copa dos Bancários de Futebol Society 2015 estão abertas. Para participar, é necessário que o bancário ou o trabalhador do ramo financeiro seja sindicalizado ou dependente. As equipes devem ter no máximo 22 componentes. Inscrições limitadas.

O primeiro jogo será realizado no dia 11 de julho, no Clube HSBC – Associação Brasil, no Park Way. As inscrições custam R\$ 400 por time. A tabela com os times inscritos e a data do sorteio das chaves serão divulgadas posteriormente no site do Sindicato.

E no ano em que completa 55 anos, o

Sindicato fará uma edição especial da Copa dos Bancários. Para marcar a data, irá patrocinar parte do uniforme dos times, que deverão entrar em contato com a Secretaria de Cultura e manifestar interesse.

Trabalhadores, mobilizem seus colegas e venham participar deste momento de lazer e entretenimento.

Acesse o site bancariosdf.com.br e baixe a ficha de inscrição. De mais informações no 3262-9048.



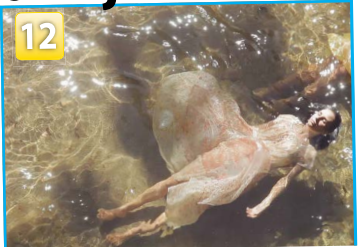
gine clube
BANCÁRIO
20h, no Teatro

ENTRADA FRANCA

Realização:
BANCÁRIOS DF

Apoios: Galeteria e Pizzaria de Mamma 314/315 Sul | Gráfica Certa 3398-3368 | Cine Cultura Liberty Mall

6 de julho



ELENA

Dir.: Petra Costa / Documentário
Brasil 2012 / Duração: 82 min

13 de julho



DE PERNAS PRO AR 1

Dir.: Roberto Santucci / Comédia
Brasil 2010 / Duração: 107 min

PROJETO Férias JULHO

Sexta Básica
ENTRADA FRANCA
21h

DIA 10/07

Homenagem a Tim Maia com a banda **Mundo Racional**

DIA 17/07

Homenagem a Jorge Ben Jor com a banda **Salve Jorge**

DIA 24/07

Homenagem a Cazuza com a banda **Cazuza in Concert**

DIA 31/07

Homenagem a Legião Urbana com o espetáculo **Música Urbana**

TEATRO DOS BANCÁRIOS
314/315 Sul - Fone: 3262-9090